

A MEMÓRIA
COLETIVA

Marco Aurélio M. Pereira
HISTORIADOR

A MEMÓRIA COLETIVA

MAURICE HALBWACHS

Traduzido do original francês
LA MÉMOIRE COLLECTIVE (2.^a ed.)
Presses Universitaires de France
Paris, França, 1968
© 1950, Presses Universitaires de France

Tradução de LAURENT LÉON SCHAFFTER

Produção Editorial: *Afro Marcondes dos Santos*

Produção Gráfica: *Enyl Xavier de Mendonça*

Capa: RTARTE

© desta edição: 1990

EDIÇÕES VÉRTICE

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

Rua Conde do Pinhal, 78

01501 - São Paulo, SP, Brasil

Tel. (011) 37-2433 — Caixa Postal 678

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal, cf. Lei n. 6.895, de 17.12.80) com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 122, 123, 124, 126, da Lei n. 5.988, de 14.12.73, Lei dos Direitos Autorais).

Impresso no Brasil (01-1990) — Tiragem: 2.000 exemplares
ISBN 85-7115-038-9

SUMÁRIO

PREFÁCIO	9
INTRODUÇÃO	18
ADVERTÊNCIA — PARA A SEGUNDA EDIÇÃO	24
<i>Capítulo I — MEMÓRIA COLETIVA E MEMÓRIA INDIVIDUAL</i>	
Confrontações	25
O esquecimento pelo desapego de um grupo	27
Necessidade de uma Comunidade Afetiva	33
A Possibilidade de uma memória estritamente individual	36
A Lembrança Individual como Limite das Interferências coletivas	47
<i>Capítulo II — MEMÓRIA COLETIVA E MEMÓRIA HISTÓRICA</i>	
Memória Autobiográfica e Memória Histórica: Sua oposição aparente	53
Sua Real Interpretação (A História Contemporânea)	58
A História Vivida a partir da Infância	62
O Liame Vivo das Gerações	65
Lembranças Reconstruídas	71
Lembranças Simuladas	73
Quadros Longínquos e Meios Próximos	78
Oposição Final Entre a Memória Coletiva e a História	80
A História, Quadro de Acontecimentos, as Memórias Coletivas, Centros de Tradições	85

Capítulo III — A MEMÓRIA COLETIVA E O TEMPO

A Divisão Social do Tempo	90
A Duração Pura (Individual) e o “Tempo Comum” Segundo Bergson	92
A Crítica do Subjetivismo Bergsoniano	95
A Data, Quadro da Lembrança	100
Tempo Abstrato e Tempo Real	101
O “Tempo Universal” e os Tempos Históricos	103
Cronologia Histórica e Tradição Coletiva	107
Multiplicidade e Heterogeneidade das Durações Coletivas	109
Sua Impermeabilidade	115
Lentidão e Rapidez da Transformação Social	118
A Substância Impessoal dos Grupos Duráveis	120
Permanência e Transformação dos Grupos. As Épocas das Famílias	123
Sobrevivência dos Grupos Desaparecidos	126
As Durações Coletivas: Bases Únicas das Memórias Ditas Individuais	128

Capítulo IV — A MEMÓRIA COLETIVA E O ESPAÇO

O Grupo em seu Quadro Espacial. Poder do Meio Material	131
As Pedras da Cidade	134
Situações e Deslocamentos — Aderência do Grupo ao seu lugar	137
Agrupamentos aparentemente sem bases espaciais: Agrupamentos jurídicos, econômicos, religiosos	139
A Inserção no espaço da memória coletiva	143
O Espaço Jurídico e a memória dos direitos	144
O Espaço Econômico	149
O Espaço Religioso	154

<i>Anexo</i> — A MEMÓRIA COLETIVA DOS MÚSICOS	161
---	-----

NOTAS DE REFERÊNCIA	188
---------------------------	-----

Capítulo III

A MEMÓRIA COLETIVA E O TEMPO

A divisão social do tempo

O tempo faz geralmente pesar sobre nós um forte constrangimento, seja porque consideramos muito longo um tempo curto, ainda quando nos impacientamos, ou nos aborrecemos, ou tínhamos pressa de ter acabado uma tarefa ingrata, de ter passado por alguma prova física ou moral; seja porque, ao contrário, nos pareça muito curto um período relativamente longo, quando nos sentimos apressados e pressionados, quer se trate de um trabalho, de um prazer, ou simplesmente da passagem da infância à velhice, do nascimento à morte. Gostaríamos que ora o tempo corresse mais rápido, ora que se arrastasse ou se imobilizasse. Se, entretanto, nós devemos nos resignar, é sem dúvida, em primeiro lugar, porque a sucessão do tempo, sua rapidez e seu ritmo, é apenas a ordem necessária segundo a qual se encadeiam os fenômenos da natureza material e do organismo. Mas é também, e talvez sobretudo, porque as divisões do tempo, a duração das partes assim fixadas, resultam de convenções e costumes, e porque exprimem também a ordem, inelutável, segundo a qual se sucedem as diversas etapas da vida social. Durkheim não deixou de observar que um indivíduo isolado poderia, a rigor, ignorar o tempo que se esvai, e se achar incapaz de medir a duração, mas que a vida em sociedade implica que todos homens se ajustem aos tempos e às durações, e conheçam bem as convenções das quais são o objeto. É por isso que existe uma representação coletiva do tempo; ela se harmoniza sem dúvida com os grandes fatos de astronomia e de física terrestre, porém a estes quadros gerais, a sociedade sobrepõe outros que se ajustam sobretudo às condições e grupos humanos concretos. Pode-se mesmo dizer: as datas e as divisões astronômicas do tempo estão encobertas pelas divisões sociais de tal maneira que elas desaparecem progressivamente e que a natureza deixa cada vez mais à sociedade o encargo de organizar a duração.

No mais, que as divisões do tempo sejam estas ou aquelas, os homens a elas se acomodam muito bem, já que são geralmente tradicionais e, como cada ano, cada dia se apresenta com a mesma estrutura temporal que as anteriores, como se fossem todas frutas produzidas pela mesma árvore. Não podemos nos lamentar por sermos desorganizados em nossos hábitos. A dificuldade que experimentamos é de outra natureza. É em primeiro lugar a uniformidade que nos pesa. O tempo está dividido da mesma maneira para todos os grupos e membros da sociedade. Ora, pode nos ser desagradável que todos os domingos a cidade fique com um ar de ociosidade, que as ruas se esvaziem ou se vejam repletas de um público não habitual, que o espetáculo de fora nos induza a fazer nada ou a nos distrairmos ainda que estejamos com vontade de trabalhar. É para protestar contra essa lei comum que muitas pessoas, do centro, dos bairros, fazem da noite o dia ou que aqueles que podem, vão procurar o calor do sul no auge do inverno? Sem dúvida, a necessidade de se diferenciar dos outros quanto ao modo de dividir e regular seu tempo aconteceria com mais frequência se, no que diz respeito às nossas ocupações e distrações, não fôssemos obrigados a nos sujeitarmos à disciplina social. Se eu quiser ir ao meu escritório, não posso fazê-lo no momento em que o trabalho está suspenso, quando os empregados não mais ali se encontram. A divisão do trabalho social prende o conjunto dos homens a um mesmo encadeamento mecânico de atividades: quanto mais ela avança, mais nos obriga a ser exatos. É preciso que eu chegue na hora, se quiser assistir a um concerto, a uma peça de teatro, não fazer esperar os convidados do jantar para o qual sou convidado, não perder o trem. Sou então obrigado a regular minhas atividades conforme o caminhar dos ponteiros de um relógio, ou conforme o ritmo adotado pelos outros e que não levam em conta minhas preferências, ser avaro com o meu tempo, e nunca perdê-lo, porque comprometeria assim algumas oportunidades e vantagens que me oferece a vida em sociedade. Mas o que há talvez, de mais penoso, é que me sinto forçado, perpetuamente, a considerar a vida e os acontecimentos que a preenchem sob o aspecto da medida. Não é somente porque eu reflita angustiadamente sobre a idade que tenho, expressa em número de anos, e também em número de anos que me resta, como se a vida fosse uma página branca dividida em partes iguais com tantas linhas —, como se, antes, os anos que tenho diante de mim diminuíssem e se contraíssem, porque cada um representa uma proporção cada vez menor do tempo decorrido que aumenta. Mas de

tanto medir o tempo, de modo a preenchê-lo bem, chegamos a não saber mais o que fazer desses pedaços de duração que não se deixam mais dividir da mesma maneira, porque se é abandonado a si próprio, se é retirado qualquer jeito da corrente da vida social exterior. Poderiam ser outros tantos oásis, onde, precisamente, esquece-se o tempo, mas onde, em contrapartida, nos encontramos. Ao contrário, somos sensíveis para aquilo que são intervalos vazios, e o problema é saber então como passar o tempo. Tanto é verdade que a sociedade, obrigando-nos a medir sem parar a vida à sua maneira, nos torna cada vez mais inaptos para fazê-lo da nossa. Sem dúvida, para alguns, é verdade que o tempo perdido é aquele que se lamenta menos (ou, em outro sentido, que se lamenta mais) mas, estes são exceções.

A Duração Pura (Individual) e O "Tempo Comum" Segundo Bergson

Se existe um tempo social do qual as divisões se impõem assim às consciências individuais, de onde ele mesmo retira sua origem? Diz-se que era possível distinguir o tempo ou a duração ela mesma e suas divisões. Mais precisamente, todo o ser dotado de consciência teria o sentimento da duração, já que nele se sucedem estados diferentes. A duração não seria nada mais do que a seqüência desses estados, a corrente que parece passar através deles, abaixo deles, soerguendo um após o outro. Cada homem, nesse sentido, teria sua própria duração, e isto seria mesmo um desses dados primitivos da consciência, que conhecemos diretamente, e do qual é necessário somente que a noção penetre em nós de fora. Seria até possível, já que esses estados são distintos, perceber dentro desta seqüência divisões naturais, correspondentes à passagem de um estado para outro, de uma série contínua de estados semelhantes a uma outra seqüência de estados igualmente análogos. Além do mais, já que percebemos os objetos exteriores, como há na natureza muitos retornos regulares, a sucessão dos dias, a sucessão dos passos que demarcam nossa caminhada etc., um indivíduo isolado seria capaz, por suas próprias forças e a partir dos dados de sua própria experiência, de atingir a noção de um tempo mensurável. . .

Porém em torno de alguns objetos nosso pensamento se encontra também com o dos outros; é, em todo o caso, no espaço que imagino a existência sensível daqueles com quem, pela voz ou pelos gestos, relaciono-me a todo momento. Assim, produzir-se-iam cortes ao mesmo tempo em minha duração e na deles, mas que tendem a

estender-se às durações ou às consciências dos outros homens, de todos aqueles que se encontram no universo. Agora, entre esses momentos sucessivos e comuns dos quais se supõe que guardaremos a lembrança, nos será possível imaginar que se desenrola uma espécie de tempo vazio, invólucro comum das durações vividas, como dizem os psicólogos, quando consciências pessoais. Já que os homens concordam em medir o tempo, por meio de alguns movimentos que se produzem na natureza, como aqueles dos astros, ou que criamos e regulamos artificialmente, como em nossos relógios, é porque não saberíamos encontrar, na seqüência de nossos estados de consciência, suficientes pontos de referência definidos que possam valer para todas as consciências. O próprio das durações individuais, é, com efeito, que elas têm um conteúdo diferente, apesar de que o curso de seus estados é mais ou menos rápido, de uma a outra e também, dentro de cada uma, nos diferentes períodos. Existem horas mortas, dias vazios, enquanto que em outros momentos, quer seja porque os acontecimentos se precipitam, seja porque nossa reflexão se acelera, ou porque nos encontrávamos em um estado de exaltação e de efervescência afetiva, temos a impressão de ter em algumas horas ou alguns dias, vivido anos. Mas acontece o mesmo quando comparamos num mesmo momento várias consciências. Para um pensamento vivo, impaciente e tenso, quantos encontraremos que apenas são excepcionalmente estimulados por algum acontecimento exterior, e cujo ritmo normal é lento e monótono porque seu interesse se detém, e ainda sem grande entusiasmo, somente a um pequeno número de objetos. É talvez um desinteresse crescente, um enfraquecimento progressivo das faculdades afetivas, que explica o fato de que à medida em que se fica mais velho o ritmo da vida interior se torna mais lento, e que, enquanto um dia de uma criança é repleto de impressões e observações múltiplas, e abrange, nesse sentido, um grande número de momentos, no declínio dos anos o conteúdo de um dia, se levarmos em conta apenas o conteúdo real, daquilo que despertou nossa atenção e nos deu o sentimento de nossa vida interior, reduz-se a muito menos estados diferentes um do outro e, nesse sentido, a um pequeno número de momentos singularmente dilatados. O velho que guardou a lembrança de sua vida de criança, acha que os dias são hoje ao mesmo tempo cada vez mais lentos e mais curtos, o que quer dizer que, tanto acredita que o tempo corre mais lentamente, porque os momentos, tais como tem o sentimento de vivê-los, são mais longos, como crê que corre mais rápido, porque os momentos

tais como se enumeram em torno dele, tais como a medida do ponteiro do relógio sucedem-se com tal rapidez que eles o ultrapassam: não há tempo para preencher um dia com tudo aquilo que nele uma criança consegue encaixar facilmente; é porque sua duração interior é lenta que o espaço de um dia lhe parece muito curto. É por este motivo que um velho e uma criança que vivessem lado a lado e não tivessem nenhum outro meio de medir o tempo senão reportar-se aos seus sentimentos da duração e às divisões que comportam suas vidas interiores, não se entenderiam nem sobre os pontos de divisão, nem sobre a grandeza dos intervalos escolhidos como unidade comum, que pareceria mínima para as crianças e muito grande para as pessoas mais idosas. É melhor, para fixar as divisões do tempo, guiarmo-nos pelas mudanças e movimentos que se produzem nos corpos materiais, e que se reproduzem de modo bastante regular para que nos seja sempre possível nos reportarmos a eles. Esta escolha, dela não teríamos a idéia sozinhos. Foi necessário que nos entendêssemos a este respeito com outros homens. Na realidade, o que escolhemos como pontos de referência, é, neste retorno periódico a alguns fenômenos materiais, a ocasião que nos oferecem, a nós e aos outros, já que os percebemos ao mesmo tempo, de constatar precisamente que existe, entre algumas de nossas percepções, quer dizer entre alguns de nossos pensamentos, para eles e para nós, uma relação de simultaneidade e, sobretudo, que essa relação se reproduz a intervalos regulares, que convimos considerar como iguais. A partir desse momento, as divisões convencionais do tempo se impõem a nós de fora. Mas elas têm sua origem nos pensamentos individuais. Estas somente tomaram consciência de que em certos momentos entram em contato, de que adotam às vezes uma atitude idêntica frente a um mesmo objeto exterior, e de que esta atitude se reproduz com a mesma regularidade periódica. Quando de tal operação, e quando das convenções que dela decorrem, foi possível fixar pontos de referência apenas descontínuos, exteriores em parte a cada consciência, uma vez que são comuns a todos. Mas não foi possível criar uma nova duração, impessoal, que preenchesse o intervalo entre os momentos escolhidos como pontos de referência, quer dizer, um tempo coletivo ou social que compreenderia e ligaria uma à outra todos os seus aspectos, em sua unidade mesma, todas as durações individuais. Na realidade, no intervalo que se estende entre os dois cortes que correspondem aos pontos de referência, não há senão pensamentos individuais separados em tantas correntes de pensamento distintas onde cada uma

tem sua duração própria. É possível, se se quiser, imaginar um tempo vazio no qual se escoariam todas as durações individuais e que estaria dividido pelos mesmos cortes, e, sem dúvida, uma noção assim se impõe, com efeito, a todos os pensamentos: porém isto é somente uma representação abstrata, à qual não corresponderia mais nenhuma realidade, se as durações individuais cessassem de existir.

Posicionemo-nos então deste ponto de vista bergsoniano. A noção de um tempo universal, que envolve todas as existências, todas as séries sucessivas de fenômenos, traduzir-se-ia por uma seqüência descontínua de momentos. Cada um deles corresponderia a uma relação estabelecida entre vários pensamentos individuais, que dela tomariam consciência simultaneamente. Isolados, geralmente um do outro, todas as vezes que seus caminhos se cruzam, esses pensamentos saem de si mesmos e vêm fundir-se um instante numa representação maior, que envolve ao mesmo tempo as consciências e as relações entre elas: é nisso que consiste a simultaneidade. O conjunto desses momentos constituiria um quadro, que teríamos permissão, aliás, de retocar, regularizar e simplificar. Porque o tempo que separa esses momentos é vazio, todas as suas partes se prestam igualmente às mais variadas divisões: é como um quadro sobre o qual podemos traçar um número indefinido de linhas paralelas. Nada nos impede então de imaginar simultaneidades intercalares, em um ponto qualquer da linha temporal e abstrata que encaixa dois momentos (e que podemos representar pela imagem de um movimento ou de uma mudança uniforme acontecida entre um e outro) à metade, à terça parte, a um quarto desse intervalo. Assim estabelecer-se-ão as divisões do tempo em anos, meses, dias, horas, minutos, segundos: além do mais, podemos supor que certo número de pensamentos individuais entrarão em contato com todos os momentos precisos que separam as horas umas das outras e até os minutos: as divisões do tempo simbolizam somente todas essas possibilidades. Nada provaria mais claramente que o tempo, concebido como se estendendo ao conjunto dos seres, é apenas uma criação artificial, obtida pela adição, combinação e multiplicação de dados emprestados às durações individuais, e somente a elas.

Crítica do Subjetivismo Bergsoniano

Mas, se essas divisões do tempo não estão já e por antecipação contidas e indicadas nas consciências, será que basta reaproximar duas ou um maior número destas para delas fazê-las surgir. É pre-

ciso insistir sobre esta proposição ou este postulado, porque aqui se descobre nitidamente em qual concepção particular de duração nós nos apoiamos, uma vez que afirmamos que a memória é uma faculdade individual.

Para produzir o sentimento disto que é o pensamento interior e pessoal, aconselham-nos a descartar a princípio e a apagar tudo que lembre o espaço e os objetos exteriores. Estes estados que se sucedem constituem sem dúvida uma diversidade, e são distintos um do outro, mas de uma maneira completamente diferente do que as coisas materiais. Eles são presos por uma corrente contínua que se esvai, sem que haja entre um e outro uma linha de separação bem demarcada. Mas tal é realmente a condição da memória, ou antes da forma de memória que é única e verdadeiramente ativa e psíquica, e que não se confunde com o mecanismo do hábito. A memória (entendida neste sentido) não tem alcance sobre os estados passados e não nô-los restitui em sua realidade de outrora, senão em razão de que ela não os confunde entre si, nem com outros mais antigos ou mais recentes, isto é, ela toma seu ponto de apoio nas diferenças. Ora, os estados distintos e nitidamente separados são, sem dúvida, diferentes por si mesmo. Entretanto, desligados da seqüência dos outros, retirados da corrente onde estavam entranhados — e tal seria sua sorte se considerássemos cada um deles como uma realidade distinta e de contornos bem delimitados no tempo — como permaneceriam totalmente diferentes de qualquer outro estado igualmente considerado à parte e delimitado? Toda separação desse gênero significa que começa-se a projetar esses estados no espaço. Mas os objetos no espaço, por mais diferentes que sejam, comportam muitas analogias. Os lugares que ocupam são distintos, mas compreendidos em um meio homogêneo. As diferenças que levantamos entre eles se determinam em relação a tantos gêneros comuns dos quais participam tanto uns quanto outros. Ao contrário, a corrente na qual os pensamentos estão entranhados no interior de cada consciência não é um meio homogêneo, já que aqui a forma não se distingue da matéria e onde o continente exerce a função de conteúdo. Nos diversos estados de consciência (para empregar, aliás, uma expressão inadequada, já que não existe, na realidade, estados, porém movimentos ou um pensamento incessantemente em devir), só distinguimos qualidades por abstração, já que o essencial é aqui a unidade de cada um deles e que eles são como pontos de vista na totalidade da consciência: não existe entre eles gêneros comuns, pois que cada um é único em seu gênero. Toda a tentativa de

comparação entre um e outro romperia a continuidade da série. Mas é esta continuidade mesma que explica que uns lembram os outros, os que os precederam ou seguiram, da mesma maneira que não podemos desfazer um nó, sem envolver a corrente inteira. Portanto, é porque são todos diferentes que os estados individuais formam uma série contínua, onde toda a semelhança, toda repetição, introduziria um elemento de descontinuidade. É também porque as lembranças são diferentes que se evocam uma a outra; senão a série cessaria de se completar e se romperia a cada instante.

Mas já que é assim, não se compreende como duas consciências individuais jamais poderiam entrar em contato, como duas séries de estados igualmente contínuas conseguiriam se cruzar realmente, o que é necessário para que eu tivesse o sentimento de que há simultaneidade entre duas modificações, das quais uma se produz em mim, a outra numa consciência diferente da minha. Sem dúvida, uma vez que eu percebo objetos exteriores, posso supor que toda a sua realidade se esgota na percepção que deles formo. O que está dentro da duração, não são os objetos, mas meu pensamento que os representa para mim, e então não saio de mim mesmo. É diferente de quando uma forma humana, uma voz, um gesto, revelam-me a presença de outro pensamento que não é o meu. Então, eu teria em meu espírito a representação de um objeto de dois pontos de vista, o meu, e o de um outro diferente de mim, que tem, como eu, uma consciência, e que dura. Mas como isto seria possível, se estou encerrado em minha consciência, se não posso sair de minha duração? Ora, não posso dela sair se, como afirmam, meus estados se sucedem um ao outro num movimento ininterrupto, se estão ligados um ao outro de maneira tão estreita que não há entre eles nenhuma linha de demarcação, nenhum empecilho na corrente que se escoia, se nenhum objeto de contornos definidos não se destaca na superfície de minha vida consciente como uma figura em relevo.

Poder-se-ia dizer que o que rompe a continuidade de minha vida consciente e individual, é a ação que exerce sobre mim, de fora, uma outra consciência, que me impõe uma representação à qual ela está presa. É uma pessoa que cruza meu caminho, e me obriga a reparar em sua presença. Mas, em todo caso, os objetos materiais se impõem também de fora à minha percepção. Todavia, se supomos que estou encerrado em mim mesmo e que não conheço nada do mundo exterior, uma tal percepção sensível não deterá a corrente de meus estados mais do que uma impressão afetiva ou um pensamento qualquer:

nela se incorporará, sem me fazer sair de mim mesmo. Seria a mesma coisa, dentro da mesma hipótese de uma consciência reduzida à contemplação de seus estados, que eu percebesse uma forma humana, que percebesse uma voz, um gesto. O curso do pensamento individual não será por isso modificado: não terei a idéia de uma outra duração se não a minha. Para que seja de outro modo, é preciso que o objeto aja sobre mim como um sinal. Mas isso implica que sou capaz, a qualquer momento, de me colocar, em presença de um objeto, ao mesmo tempo que de meu ponto de vista, daquele de outro, e que, representando para mim, pelo menos como possíveis, várias consciências, e a possibilidade delas de entrar em relação, eu me represente também uma duração que lhes é comum.

Supusemos uma consciência fechada sobre si mesma, para a qual suas percepções seriam somente estados subjetivos que não lhe revelariam de modo algum a existência dos objetos. Mas de que modo um pensamento assim se elevaria ao conhecimento do mundo exterior? Ele não pode dentro dessas condições alcançar esse mundo nem de dentro, nem de fora. É preciso, entretanto, admitir que existe em toda a percepção sensível uma tendência a se exteriorizar, isto é, a expulsar o pensamento do círculo estreito da consciência individual no qual ele se escoa, e a considerar o objeto como representado ao mesmo tempo, ou como podendo ser representado a qualquer momento, em uma ou várias consciências. Mas isso supõe que representássemos então uma "sociedade de consciências". Além do mais, se sonhamos com estados que, à diferença das percepções sensíveis, não nos parecem estar em relação com uma realidade exterior, tais como estados afetivos, o que os caracteriza, e o que lhes empresta um aspecto puramente interno, é pelo fato dessa representação de consciências estar ausente, ou é antes por ela estar provisoriamente encoberta, por que nenhuma ação exercida sobre nós de fora não lhe dá a oportunidade de se manifestar, mas por que ela existe todavia, sempre, em estado latente, atrás das impressões aparentemente mais individuais? Tal seria o caso, quando sentimos por algum tempo uma dor física e nos concentramos em nossas sensações, ainda que a dor atual pareça prolongar a dor precedente e emprestar-lhe toda a sua substância. Como agora descobrimos que essa dor é produzida por uma ação material, exterior ou orgânica, como apenas imaginamos, como pensamos, ainda que outros seres experimentam ou poderiam experimentar a mesma dor, então nossa impressão se transforma, ao menos parcialmente, naquilo que chamaremos uma representação objetiva da dor.

Mas de que modo a representação pode provir da impressão se já não estivesse nela contida, e desde que essa representação é assim porque pode ser comum a várias consciências, que é coletiva na exata medida em que é objetiva, não é preciso pensar que, a não ser a dor em si mesma, pelo menos a idéia que dela fazia para mim mesmo antes (e que é somente isso que a lembrança reterá) não passava de uma representação coletiva incompleta e truncada?

Assim sem dúvida poderia ser interpretado dentro de um novo sentido o antigo paradoxo metafísico de Leibniz, a saber que dores físicas, e as sensações em geral, são apenas idéias confusas ou inacabadas. Não é somente porque dela nos representamos distintamente a natureza e o mecanismo, as partes e sua relação, que a dor perde pouco a pouco, em alguns casos, sua acuidade: mas antes, imaginando que ela possa ser experimentada e compreendida por várias pessoas (o que não seria possível se ela permanecesse uma impressão puramente pessoal e portanto única), parece que descarregamos uma parte de seu peso sobre os outros, e que eles nos ajudam a suportá-la. O trágico da dor, que faz com que, levada até um certo ponto, crie em nós um sentimento desesperado de angústia e de impotência, é que sobre um mal cuja causa está naquelas regiões de nós mesmos onde os outros não podem chegar, ninguém pode fazer nada já que nos confundimos com a dor e que a dor não pode destruir a si mesma. É por este motivo que procuramos instintivamente e encontramos uma explicação para esse sofrimento que seja inteligível, quer dizer, com a qual os membros de um grupo possam concordar, da mesma maneira que o feiticeiro alivia o paciente fazendo parecer extrair de seu corpo uma pedra, uma velha ossada, um preguinho, ou um líquido. Ou despojamos o sofrimento de seu mistério, nele descobrindo suas outras faces, aquelas que envolvem outras consciências, uma vez que imaginamos que ela foi ou pode ser experimentada por nossos semelhantes: nós a relegamos assim para o domínio comum a muitos seres e lhe restituímos uma fisionomia coletiva e familiar.

Assim, uma análise mais vigorosa da idéia da simultaneidade nos leva a afastar a hipótese de durações puramente individuais, impenetráveis entre si. A seqüência de nossos estados não é uma linha sem espessura cujas partes apenas se relacionam com aquelas que as precedem e que as seguem. Em nosso pensamento, na realidade, cruzam-se a cada momento ou em cada período de seu desenvolvimento, muitas correntes que vão de uma consciência a outra, e das quais ele é o lugar de encontro. Sem dúvida, a continuidade aparente da-

quilo que chamamos nossa vida interior resulta em parte de que ela segue, por algum tempo, o curso de uma dessas correntes, o curso de um pensamento que se desenvolve em nós ao mesmo tempo que, em outros, a inclinação de um pensamento coletivo. Ela se explica também pela ligação que estabelece sem cessar, entre nossos estados, aqueles dentre eles que resultam sobretudo da continuidade de nossa vida orgânica. Não há, aliás, entre estes e aqueles, senão uma diferença de grau, já que as impressões afetivas elas mesmas tendem a se manifestar em imagens e representações coletivas. Em todo o caso, se se puder, com durações individuais, reconstruir uma duração mais ampla, e impessoal, na qual estão compreendidas, é porque elas mesmas se destacam sobre o fundo de um tempo coletivo ao qual emprestam toda a sua substância.

A data, quadro da lembrança

Falamos de um tempo coletivo, em oposição à duração individual. Mas a questão que se coloca agora é saber se ele é único, e nós não a prejudicamos, absolutamente. Por trás da teoria que discutimos, haveria com efeito, por um lado, tantas durações quantos indivíduos, por outro lado um tempo abstrato que compreenderia a todas. Esse tempo é vazio, e talvez seja apenas uma idéia. As divisões que ali traçamos nos pontos onde várias durações individuais se cruzam não se confundem com os estados que percebemos que são simultâneos. Não poderia haver nada de mais nessas divisões a não ser tempo que elas dividem, e que é concebido como um meio homogêneo, como uma forma particular de matéria. Mas que gênero de realidade podemos atribuir a essa forma e, sobretudo, como ela pode servir de quadro aos acontecimentos que situamos?

Um tempo assim definido se presta a todas as divisões. É por essa razão que podemos ali assinalar o lugar de todos os fatos? Antes de responder a esta questão, é preciso observar que o tempo nos importa aqui somente na medida em que deve nos permitir conservar e lembrar dos acontecimentos que ali se produziram. Este é o serviço que esperamos dele. Isso é verdade para os acontecimentos do passado. Quando nos lembramos de uma viagem, mesmo não nos lembrando da data exata, há entretanto todo um quadro de dados temporais aos quais essa lembrança está de qualquer maneira relacionada: foi antes ou depois da guerra, eu era criança, jovem, ou homem feito, na pujança da idade; eu estava com tal amigo que era mais ou

menos velho; em que estação estávamos; eu preparava tal trabalho; aconteceu tal coisa. É graças a uma série de reflexões desse gênero que com muita freqüência uma lembrança toma corpo e se completa. Se subsiste, entretanto, uma incerteza sobre o período onde o acontecimento teve lugar, pelo menos não se trata daqueles outros períodos em que se situam as outras lembranças: é ainda uma maneira de localizá-lo. Além do mais, o exemplo de uma viagem pode não ser o mais favorável, porque pode constituir um fato isolado e sem grandes relações com o restante de minha vida. Então é menos o tempo do que o quadro espacial, como veremos, que intervém principalmente. Mas, se se trata de um acontecimento de minha vida familiar, de minha vida profissional, ou que aconteceu em um dos grupos aos quais meu pensamento se reporta com maior freqüência, será talvez o quadro temporal que me ajudará melhor a dele me lembrar. Acontece o mesmo com um certo número de fatos futuros, que são preparados no presente: o que me lembra um encontro, é geralmente a época em que o marquei; o que me lembra que encontrarei um parente, um amigo, que terei tal tarefa a cumprir, tal negócio a fazer, ou que me proponho a tal distração, é a data onde todos esses acontecimentos devem se realizar. Acontece também que não reconstituímos o quadro temporal senão depois que a lembrança foi restabelecida e então somos obrigados, a fim de localizar a data do acontecimento, dele examinar em detalhes todas as partes. Mesmo assim, já que a lembrança conserva os traços do período ao qual se reporta, este só foi lembrado talvez, porque havíamos vislumbrado esses traços, e pensado no tempo em que o acontecimento se realizou. A localização, aproximativa e muito imprecisa de início, definiu-se em seguida quando a lembrança estava presente. Não é menos verdade que, em grande número de casos, é percorrendo em pensamento o quadro do tempo que ali encontramos a imagem do acontecimento passado: porém, para isso, é preciso que o tempo seja capaz de enquadrar as lembranças.

Tempo abstrato e tempo real

Consideraremos primeiro o tempo concebido sob a forma a mais abstrata: o tempo completamente homogêneo da mecânica e da física, de uma mecânica e de uma física dominadas pela geometria, e que podemos chamar o tempo matemático. Ele se opõe ao "tempo vivido" de Bergson, como um pólo ao outro, e é, de acordo com esse filósofo,

inteiramente “vazio de consciência”. O interesse de uma noção desse gênero viria de que ela representaria o limite para o qual os homens tendem a se aproximar à medida que, ao invés de permanecer fechados em seus próprios pensamentos, colocam-se do ponto de vista de grupos e conjuntos mais amplos. É preciso que o tempo se esvazie pouco a pouco da matéria o que permitiria distinguir suas partes umas das outras, para que possa servir a um número crescente de seres completamente diferentes. O que orientaria os pensamentos neste esforço, no objetivo de ampliar e universalizar o tempo, seria a representação latente de um meio inteiramente uniforme, muito próximo da representação do espaço, se até mesmo não se confundir com ela. Todo o homem, dizemos, é naturalmente geometra, já que vive no espaço. Não é portanto de admirar que os homens, quando pensam no tempo fazendo abstração dos acontecimentos particulares, de modo que atingem as consciências individuais onde estes se desenvolvem, imaginem um meio homogêneo, semelhante ao espaço geométrico.

Mas sobre um tempo assim concebido nossa memória teria alguma compreensão? Sobre uma superfície tão perfeitamente lisa, onde as lembranças poderiam se agarrar? Talvez seja o caso de dizer, com Leibniz ainda, que não se encontraria nesse tempo, em si próprio, nem em suas partes, razão alguma para que um acontecimento nele se situasse mais aqui do que lá, já que todas essas partes são indiscerníveis. De fato, o tempo matemático só atua quando se trata de objetos ou de fenômenos dos quais não se proponha fixar e manter a posição dentro do tempo real, de fatos que não têm data e não mudam de natureza, ainda que aconteçam em momentos diferentes. Quando representamos por $t_0, t_1, t_2, \dots, t_n$ os aumentos sucessivos do tempo, a partir de zero, sem dúvida fixamos assim a duração e as diversas fases de um movimento, porém um desses movimentos que poderíamos reproduzir em qualquer outro tempo sem que obedeça a uma outra lei. Em outras palavras, o momento inicial, t_0 , está inteiramente livre de qualquer relação com um momento qualquer do tempo real. As leis dos movimentos físicos são, com efeito e neste sentido, independentes do tempo. É por isso que o matemático concorda em recolocar tais movimentos dentro de uma duração completamente vazia, e representa assim somente esse paradoxo, de um movimento que está bem dentro do tempo já que dura, e que não se situa entretanto, em nenhum momento definido. Mas, salvo a sociedade dos matemáticos ou dos sábios que estudam os movimentos dos

corpos inertes, todos os grupos humanos se interessam pelos acontecimentos que mudam de natureza e de importância, conforme o momento em que se produzem. Um tempo indefinido, indiferente a tudo o que nele se posiciona de nada ajudaria na memória desses fatos.

Sem dúvida, parece que fazemos um apelo a uma representação deste gênero, quando dividimos o tempo em intervalos iguais. Os dias, as horas, os minutos, os segundos, não se confundem a propósito, todavia, com as divisões de um tempo homogêneo: têm, com efeito, uma significação coletiva definida. São outros tantos pontos de referência dentro de uma duração onde todas as partes diferem, dentro do pensamento comum, e não podem ser substituídas umas pelas outras. O que o comprova, é que quando ficamos sabendo que um trem deve partir às quinze horas, somos obrigados a traduzir, e nos lembrarmos que ele parte, na realidade, às três horas depois do meio dia. Da mesma maneira, o dia 30 ou o 31 do mês se distingue para nós do primeiro dia do mês seguinte senão mais, pelo menos de uma outra maneira, que o primeiro do dia 2, ou do 15 e do 16. Mesmo quando nossa atenção se fixa apenas em números, sabemos que são divisões arbitrárias, e que não podemos modificá-las à vontade, como em mecânica deslocamos a origem, como passamos para um outro sistema de eixos. É diferente passar da hora de verão para a hora de inverno, e concordar que diremos, de hoje em diante, uma hora em vez de meio dia: o grupo não aceita perder a hora ou o seu tempo, e se este sofrer um deslocamento, a vida social não quer sair de seu quadro, e o acompanha em seu deslocamento. Tanto é verdade que o tempo social não é indiferente às divisões que nele introduzimos. Assim é que o tempo social não se confunde e nem a duração individual com o tempo matemático. Há uma oposição fundamental entre o tempo real, individual ou social, e o tempo abstrato, e sequer é possível dizer, que à medida em que se torna mais social, o tempo real se aproxima deste.

O "tempo universal" e os tempos históricos

Mais concreto, mais definido nos aparecerá agora aquilo que poderíamos chamar o tempo universal, que se estende a todos os acontecimentos que se realizaram em todos os lugares do mundo, todos os continentes, todos os países, dentro de cada país a todos os grupos e, através deles, a todos os indivíduos. Podemos representar,

com efeito, o conjunto dos homens como um vasto corpo, que apresenta aliás, mesmo no presente, mas sobretudo no passado, apenas uma unidade orgânica muito imperfeita, porém tal, que todas as partes das quais é constituído formam um todo contínuo, porque são poucas as que, ao menos a intervalos, não tenham tido algum contato com outra, e que assim, aproximadamente, elas se relacionam com o todo, por laços mais ou menos frouxos. Sabemos que isso não é exato, a rigor. Há regiões, habitadas sem dúvida, desde há muito tempo, e que foram descobertas bem tarde. Há povos, também, dos quais conhecemos geralmente a existência, porém por tradições muito vagas, por relatos muito sucintos de viajantes, e que não têm propriamente história no sentido de que não podemos neles fixar a data dos acontecimentos passados, ainda que mesmo se conserve deles alguma lembrança. Entretanto, admite-se que esses acontecimentos foram contemporâneos dos que conhecemos dentro de nossas civilizações, e que apenas nos faltam documentos escritos, inscrições sobre monumentos ou anais, para que possamos situá-los no tempo mesmo em que nossa história nos permita remontar. Encontramos aqui o tempo histórico do qual falávamos no capítulo anterior, com essa diferença que supusemos estendida para além dos limites que nós lhe tínhamos reconhecido, de maneira que envolva a vida dos povos que não tiveram história, e mesmo passado histórico.

Por mais natural que possa parecer uma tal extensão, precisamos perguntar-nos se ela é verdadeiramente legítima, e que significação pode ter para nós um tempo do qual as pessoas, mesmo as mais velhas que conhecíamos dele não guardaram nenhuma lembrança. Sem dúvida, podemos sempre raciocinar por analogia. Podemos supor, por exemplo, que o planeta Marte foi sempre habitado. Diremos entretanto que seus habitantes viveram no mesmo tempo que as populações terrestres das quais conhecemos a história? Para que uma tal proposição tenha um sentido bem definido, seria necessário supor ainda que os habitantes desse planeta puderam se comunicar conosco por algum meio, pelo menos, a intervalos, de modo que eles e nós tivéssemos entrado em contato, que conhecêssemos alguma coisa de sua vida e de sua história, e eles da nossa. Se não houver nada disso, tudo se passará como no caso de duas consciências inteiramente fechadas uma para a outra, e cujas durações não se cruzam jamais. Como então falar de um tempo que lhes seria comum?

Porém é preciso ir mais longe e, atendo-nos aos acontecimentos do passado cujos historiadores puderam, pelo menos, de modo apro-

ximativo, fixar a data e reconstituir a ordem de sucessão, perguntar-nos se o quadro que eles elaboraram, nele indicando aqueles fatos que aconteceram simultaneamente em países e regiões distantes uma da outra, permite-nos concluir pela existência de um tempo universal dentro dos limites da história. Costuma-se dizer os tempos históricos, como se houvesse vários, e talvez designemos desse modo períodos sucessivos, mais ou menos distantes do presente. Mas podemos dar também um outro sentido para essa expressão, como se houvesse várias histórias, que começam aliás, umas mais cedo, outras mais tarde, mas que são distintas. Certamente é possível para um historiador colocar-se de fora e acima de todas essas evoluções paralelas, e considerá-las como aspectos de uma história universal. Mas sentimos que, em muitos casos, e talvez em sua maioria, a unidade que se obtém então é completamente artificial, porque aproximamos assim acontecimentos que não tiveram nenhuma influência um sobre o outro, e povos que não se uniram, ainda que temporariamente, num só pensamento.

Temos em mãos a *Chronologie Universelle*, de Dreyss, que foi publicada em Paris em 1858, onde, desde os tempos mais remotos, registra-se, ano por ano, os acontecimentos notáveis que se realizam em certo número de regiões. Vejamos o primeiro período, da criação do mundo ao dilúvio. Apesar de tudo, a tradição do dilúvio, especificamente, encontra-se em grande número de povos. Talvez corresponda à lembrança confusa de uma origem comum, e mereça por isso, ser o início de um quadro sincrônico dos destinos das nações. Em seguida, até Jesus Cristo, e mesmo até o 5.º século depois de Jesus Cristo, o autor se limitou em datar a história da Grécia e a história de Roma, a história dos Judeus, a história do Egito, e a justapor esses fragmentos. Isto é somente uma pequena parte do mundo. Pelo menos, tratava-se de regiões próximas umas das outras para que todas sentissem, a miúdo, o contra-golpe das comoções que se produziam numa delas. Entre essas cidades ou grupos de cidades que formavam conjuntos semifechados, as idéias circulavam, as notícias se propagavam. Em 1858, e mesmo antes, o horizonte histórico, no que concerne ao passado, havia certamente se ampliado e teria sido possível dar lugar, nesse quadro cronológico antigo, a muitas outras regiões. Entretanto, o quadro tal como se nos apresentam, com suas limitações, fornece talvez uma imagem mais adequada à realidade. Ele nos apresenta um conjunto de povos cujos destinos estariam assaz estreitamente ligados para que pudessem recolocar

dentro de um mesmo tempo suas vicissitudes. É apenas o mundo conhecido dos antigos: pelo menos formava quase um todo.

Mais tarde, e na medida que nos aproximamos dos tempos modernos, o quadro se amplia, mas perde cada vez mais sua unidade. Disseram-nos que em 1453 a Guerra de Cem Anos terminou, e que, no mesmo ano, os Turcos tomaram Constantinopla. Em que memória coletiva comum esses dois fatos deixaram seus traços? Sem dúvida, tudo se entrelaça, e não podemos prever no momento quais serão as repercussões de um acontecimento, e mesmo em que regiões do espaço se propagarão. Mas são as repercussões, e não o acontecimento, que penetram a memória de um povo que as suporta, e somente a partir do momento em que elas o atingem. Pouco importa que os fatos tenham acontecido no mesmo ano, se essa simultaneidade não foi reconhecida pelos contemporâneos. Cada grupo definido localmente tem sua própria memória, e uma representação do tempo que é somente dele. Acontece que cidades, províncias, povos, fundem-se numa nova unidade, logo o tempo comum se amplia e, talvez, avance mais no passado, ao menos para uma parte do grupo, que se encontra então a participar de tradições mais antigas. O inverso pode acontecer também quando um povo se desmembra, quando colônias se formam, quando continentes novos são povoados. A história da América, até o início do século XIX e desde as primeiras colônias, está estreitamente ligada à história da Europa. Durante todo o século XIX e até o presente, parece que dela se desligou. Como um povo que tem atrás de si apenas uma curta história representaria para si o mesmo tempo que outros cuja memória pode remontar a um passado longínquo? É através de uma construção artificial que se faz esses dois tempos penetrar um no outro, ou que os colocamos um ao lado do outro, sobre um tempo vazio, que nada tem de histórico, já que definitivamente este nada mais é do que o tempo abstrato dos matemáticos.

Não esqueçamos, é verdade, que em uma época em que os meios de comunicação eram difíceis, onde não havia nem telégrafos, nem jornais, viajava-se todavia e as notícias circulavam mais rápido e mais longe do que o supomos. A Igreja abraçava a Europa inteira e possuía seus tentáculos nos outros continentes. Uma organização diplomática muito desenvolvida permitia aos príncipes e seus ministros saberem muito depressa o que se passava nos outros países. Os comerciantes tinham depósitos, feitorias, estabelecimentos, cor-

respondentes, nas cidades estrangeiras. Sempre houve alguns meios e alguns grupos que serviam de órgãos de ligação entre os países mais distantes. Mas nem por isso o horizonte da massa da população era mais amplo. Durante muito tempo, a maioria dos homens não estava interessada naquilo que se passava além dos limites de sua província, e muito menos de seu país. É por isso que houve e ainda há tantas histórias distintas quanto nações. Aquele que quiser escrever a história universal e fugir a essas limitações, colocar-se-á do ponto de vista de que conjunto de homens? É por essa razão que estiveram durante muito tempo em primeiro plano, nos relatos históricos, os acontecimentos que interessam à Igreja, como os concílios, os cismas, a sucessão dos papas, os conflitos entre clérigos e chefes temporais ou os fatos que preocupam os diplomatas, negociações, alianças, guerras, tratados, intrigas de corte? Não será também porque, mais recentemente, os círculos sociais que compreendem os comerciantes, os homens de negócios, os industriais, os banqueiros estenderam suas preocupações especiais sobre a maior parte da terra, que se cedeu espaço, na história universal, aos progressos da indústria, aos deslocamentos das correntes comerciais, às relações econômicas entre os povos? Mas a história universal assim entendida é somente ainda uma justaposição de histórias parciais que abrangem apenas a vida de alguns grupos. Se o tempo único assim reconstruído se estende sobre espaços mais amplos, abrange somente uma parte restrita da humanidade que povoa essa superfície: a massa da população que não penetra esses círculos limitados e que ocupa as mesmas regiões, teve todavia, ela também, sua história.

Cronologia histórica e tradição coletiva

Talvez tenhamos nos colocado do ponto de vista que não é e não pode ser o dos historiadores. Nós lhes censuramos por confundir num tempo único, histórias nacionais e locais que representam outras tantas linhas de evolução distintas. Todavia, se conseguimos nos apresentar um quadro sincrônico onde todos os acontecimentos, em qualquer lugar onde tenham se produzido, estejam próximos é, sem dúvida, porque os desligamos dos meios que os situavam em seu próprio tempo, quer dizer, que fazemos a abstração do tempo real onde estavam situados. É uma opinião corrente que a história, pelo contrário, se interessa talvez mais exclusivamente pela ordem

da sucessão cronológica dos fatos no tempo. Mas lembremos o que dizíamos no capítulo anterior quando opúnhamos o que se pode chamar de memória histórica e a memória coletiva. A primeira retém sobretudo as diferenças: porém as diferenças ou as mudanças assinalam somente a passagem súbita e quase imediata de um estado que subsiste para um outro estado que subsiste. Quando fazemos abstração dos estados ou dos intervalos para não ir além de seus limites, na realidade deixamos de lado aquilo que existe de mais substancial no próprio tempo. Sem dúvida, uma mudança se estende também por uma duração, às vezes uma duração muito longa. Mas isso vem confirmar que ela se decompõe em uma série de mudanças parciais separadas por intervalos onde nada muda. Destes intervalos menores, a narração histórica faz ainda abstração. Seria, aliás, bem possível que nos fornecesse muito mais. Para nos fazer conhecer aquilo que não muda, aquilo que dura no sentido verdadeiro do termo, para que tenhamos dele uma representação adequada, seria necessário nos recolocarmos no meio social que tomava consciência dessa estabilidade relativa, fazer reviver para nós uma memória coletiva que desapareceu. Seria suficiente para que nos descrevam uma instituição, que nos digam que ela não mudou durante meio século? Primeiro, é inexato, porque houve de qualquer modo muitas modificações lentas e insensíveis, que o historiador não percebe, mas que o grupo tinha o pressentimento, ao mesmo tempo, aliás, que de uma estabilidade relativa (as duas representações estão geralmente estreitamente ligadas). É, além disso, e por conseguinte, um dado puramente negativo, enquanto não conhecemos o conteúdo da consciência do grupo, e as circunstâncias diversas dentro das quais pode reconhecer que, com efeito, a instituição não mudaria. A história é necessariamente um resumo e é por isso que ela resume e concentra em poucos momentos evoluções que se estendem por períodos inteiros: é neste sentido que ela extrai as mudanças da duração. Nada impede agora que se aproxime e que se reúna os acontecimentos assim destacados do tempo real, e que os disponhamos segundo uma série cronológica. Mas uma tal série sucessiva se desenvolve numa duração artificial que não tem realidade para nenhum dos grupos aos quais esses acontecimentos foram emprestados: para nenhum deles, não se trata do tempo no qual seu pensamento tinha o hábito de se movimentar, e de localizar aquilo de que se lembravam de seu passado.

Multiplicidade e heterogeneidade das durações coletivas

A memória coletiva avança, no passado até certo limite, mais ou menos longínquo aliás, segundo se trate deste ou daquele grupo. Para além desse limite ela não atinge mais os acontecimentos e as pessoas numa apreensão direta. Ora, é precisamente aquilo que se encontra além desse limite que detém, a atenção da história. Costuma-se dizer às vezes que a história se interessa pelo passado e não pelo presente. Mas o que é verdadeiramente o passado para ela, é aquilo que não está mais compreendido no domínio onde se estende ainda o pensamento dos grupos atuais. Parece que ela precisa esperar que os antigos grupos desapareçam, que seus pensamentos e sua memória se tenham desvanecido, para que ela se preocupe em fixar a imagem e a ordem de sucessão dos fatos que agora é a única capaz de conservar. Sem dúvida, é preciso então apoiar-se em depoimentos antigos cujo rastro subsiste nos textos oficiais, jornais da época, nas memórias escritas pelos contemporâneos. Mas na escolha que deles faz, na importância que lhes atribui, o historiador se deixa guiar por razões que não têm nada a ver com a opinião de então, porque esta opinião não existe mais; não somos obrigados a levá-la em conta, não se tem medo que ela venha a se chocar com um desmentido. Tanto isso é verdade que ele não pode realizar sua obra senão com a condição de se colocar deliberadamente fora do tempo vivido pelos grupos que assistiram aos acontecimentos, que com eles tiveram contato mais ou menos direto, e que deles podem se lembrar.

Coloquemo-nos agora então do ponto de vista das consciências coletivas, já que é o único meio para permanecermos no interior de um tempo real, bastante contínuo para que um pensamento possa percorrer todas as suas partes, permanecendo ele mesmo e delas guardando o sentimento de unidade. Dissemos que é preciso distinguir um certo número de tempos coletivos tantos quantos forem os grupos separados. Não podemos desconsiderar, todavia, que a vida social, em seu conjunto e em todas as suas partes se escoia no interior de um tempo que está dividido em anos, meses, dias, horas. É preciso que seja assim, sem o que se as durações, dentro dos diversos grupos nos quais se decompõem a sociedade comportassem divisões diferentes, não poderíamos estabelecer nenhuma correspondência entre seus movimentos. Ora, precisamente porque esses grupos estão separados uns dos outros, porque cada um deles tem seu próprio movimento, e

porque os homens individualmente passam não obstante de um para outro, as divisões do tempo devem ser em toda a parte bastante uniformes. Deve ser sempre possível, quando estivermos num primeiro grupo, prever em que momento entraremos no segundo, esse momento referindo-se, bem entendido, ao tempo do segundo. Porém, quando estamos no primeiro, estamos no tempo do primeiro, não no tempo do segundo. É o problema que se apresenta a um viajante que deve ir ao estrangeiro, e que dispõe apenas para medida do tempo, relógios de seu país. Ele estará seguro entretanto de não perder o trem, se a hora for a mesma em todos os países, ou se houver entre as horas dos diversos países, um quadro de correspondência.

Diremos então que existe a propósito um tempo único e universal ao qual se referem todas as sociedades, cujas divisões se impõem a todos os grupos e que essa oscilação comum, transmitida a todas as regiões do mundo social, restabelece entre elas as comunicações e relações que suas barreiras mútuas tenderiam impedir? Mas a princípio, a correspondência entre as divisões do tempo em várias sociedades vizinhas é muito menos exata do que quando se trata de horários internacionais de estradas de ferro. Isso se explica, aliás, pelo fato de que as exigências dos diversos grupos a este respeito não são as mesmas. Na família geralmente o tempo comporta uma certa flexibilidade bem maior do que no colégio ou no quartel. Ainda que um padre deva rezar sua missa na hora certa nada foi previsto quanto à duração exata de seu sermão. Excetuando as cerimônias, às quais entretanto chegam com frequência atrasados e que não acompanham até o final, os fiéis podem ir à igreja quando lhes aprouver, e fazer em suas casas suas práticas de orações e devoções sem se regularem pela hora solar. Um comerciante deve chegar na hora para não faltar a um encontro de negócios: mas as compras se distribuem durante todo o dia, e para as encomendas, as entregas, se houver prazos fixados, estes são em geral bastante aproximados. Parece, aliás, que se descansa ou que se desforra, em alguns meios, da exatidão à qual se é obrigado em outros. Há uma sociedade cuja matéria se renova sem cessar, cujos elementos se deslocam, uns em relação aos outros, continuamente, é o conjunto dos homens que circulam pelas ruas. Ora, sem dúvida, alguns dentre eles estão apressados, aceleram o passo, voltam o olhar para seus relógios, próximo às estações, para chegar aos escritórios e na saída, mas em geral quando se passeia, quando nos distraímos, quando olhamos as vitrines das lojas, não medimos a duração das horas, não cuidamos em saber que hora

é exatamente, e quando devemos fazer um longo trajeto, para chegar a tempo nos guiamos por um sentimento vago, como se estivéssemos andando numa cidade sem olhar o nome das ruas, por uma espécie de faro. Uma vez que, nos diversos ambientes, não experimentamos a necessidade de medir o tempo com a mesma exatidão, resulta que a correspondência entre o tempo do escritório, o tempo da casa, o tempo da rua, o tempo das visitas, está fixado apenas dentro de limites às vezes bastante amplos. É por isso que nos desculpamos de chegar atrasados a um encontro de negócios, ou voltar para casa em uma hora anormal dizendo que encontramos alguém na rua: isso significa reclamar o benefício da liberdade com a qual medimos o tempo, num meio onde não se cuida muito em levar em consideração a exatidão.

Falamos sobretudo de horas e de minutos, não obstante, dizemos algumas vezes a um amigo: virei ver você um dia desses, na próxima semana, dentro de um mês; quando revemos um parente distante, contamos aproximadamente o número de anos em que não nos víamos. É que este tipo de relação ou de sociedade não comporta uma localização no tempo mais definida. Assim, e deste ponto de vista, não se trata absolutamente do mesmo tempo, mas de tempos em correspondência mais ou menos exata que encontraríamos em nossas sociedades.

É verdade que todos se inspiram num mesmo tipo, e se referem a um mesmo quadro que poderia ser considerado como o tempo social por excelência. Não temos a pesquisar qual é a origem da divisão da duração em anos, meses, semanas, dias. Mas é um fato que sob a forma que a conhecemos ela é muito antiga e repousa sobre as tradições. Não podemos dizer com efeito que ela resulta de um acordo feito entre todos os grupos, o que implicaria que num dado momento, estes suprimiriam as barreiras que os separam e se reuniriam por algum tempo em uma só sociedade que teria por objeto fixar um sistema de divisão da duração. Mas é possível, e sem dúvida necessário que outrora esse acordo se tenha realizado dentro de uma única sociedade de onde todas essas que conhecemos teriam saído. Suponhamos que outrora as crenças religiosas tenham deixado fortemente suas impressões sobre as instituições. Talvez os homens que nelas reunissem atributos de chefes e padres, tenham dividido o tempo inspirando-se ao mesmo tempo em suas concepções religiosas e na observação do curso natural dos fenômenos celestes e terrestres. Quando a sociedade política se distinguiu do grupo religioso, quando as famílias se multiplicaram, elas continuaram a dividir o tempo da mesma maneira do

que na comunidade primitiva de onde saíram. Ainda agora, quando novos grupos se formam, grupos permanentes ou efêmeros, entre pessoas de uma mesma profissão, de uma mesma cidade ou de uma aldeia, entre amigos em vista de uma obra social, de uma atividade literária ou artística, ou simplesmente por ocasião de um encontro, de uma viagem comum, é sempre pela separação de um ou de vários grupos maiores e mais antigos. É natural que, dentro dessas formações novas, encontremos muitos traços das comunidades-mãe, e que muitas noções elaboradas nestas passem para aquelas: a divisão do tempo seria uma dessas tradições, as quais não podemos deixar de lado, pois não há grupo que não tenha a necessidade de distinguir e reconhecer as diversas partes de sua duração. É assim que encontramos nos nomes dos dias da semana e dos meses muitos traços de credices e tradições desaparecidas, que datamos sempre os anos a partir do nascimento de Cristo e que antigas idéias religiosas a respeito da virtude do número 12 estão na origem da divisão atual do dia em horas, minutos e segundos.

Entretanto, apesar de que essas divisões subsistam, nada implica que haja um tempo social único, porque a despeito de sua origem comum, elas tomaram uma significação muito diferente dentro dos diversos grupos. Não é somente porque, como o demonstramos, a necessidade da exatidão neste ponto varie de uma sociedade à outra; mais primeiro, como se trata de aplicar essas divisões a séries de acontecimentos ou de tentativas que não são as mesmas dentro dos vários grupos, e que terminam e recomeçam em intervalos que não se correspondem de uma sociedade para outra que, podemos dizer que contamos o tempo a partir de datas diferentes nesta ou naquela. O ano escolar não começa no mesmo dia que o ano religioso. No ano religioso o aniversário do nascimento de Cristo e o aniversário de sua morte e de sua ressurreição determinam as divisões essenciais do ano cristão. O ano laico começa a primeiro de janeiro, porém, segundo as profissões e os gêneros de atividades, ele comporta divisões muito diferentes. As do ano agrícola se regulam pelo curso dos trabalhos agrícolas, determinado ele próprio pela alternância das estações. O ano industrial ou comercial se decompõe em períodos, quando se trabalha com toda a produção, quando as encomendas afluem, e em outros, quando os negócios se arrefecem ou estacionam: embora não sejam os mesmos para todos os comércios e todas as indústrias. O ano militar se conta tanto partindo da data da incorporação no sentido estrito e tanto logo depois do que se chama arregimentação, depois do

intervalo que os separa, isto é, em sentido inverso, talvez porque a monotonia das jornadas faça com que essa duração se aproxime mais do tempo homogêneo, onde por medida podemos escolher por convenção, o sentido que se quiser. Assim há tantos grupos quantas são as origens dos diferentes tempos. Não há nenhum deles que se imponha a todos os grupos.

Mas acontece o mesmo com os dias. Poderíamos crer que alternância dos dias e das noites assinala uma divisão fundamental, um ritmo elementar do tempo que é o mesmo para todas as sociedades. A noite consagrada ao sono interrompe, com efeito, a vida social. É o período onde o homem escapa quase inteiramente do aprisionamento das leis, dos costumes, das representações coletivas, onde está realmente só. Entretanto será a noite um período excepcional deste ponto de vista, e será que existe apenas para deter temporariamente a marcha dessas correntes que são as sociedades? Se lhe atribuímos essa virtude, é porque esquecemos que não há somente uma sociedade, mas grupos e que a vida de numerosos dentre eles se interrompe, muito antes da noite e em outros momentos ainda. Dizemos, se quisermos, que um grupo dorme, quando não há mais homens associados para sustentar e desenvolver seu pensamento, mas que ele somente dormita, que continua a existir, tanto é que seus membros estão prontos a se aproximar e reconstituí-lo tal como estava quando eles o deixaram. Ora, não há senão um grupo do qual se possa dizer que sua vida consciente está periodicamente suspensa pelo sono físico dos homens, é a família, pois que em geral são aos seus a quem pedimos permissão quando nos deitamos e que vemos antes de todos os outros, ao despertar. Mas a consciência do grupo familiar se apaga e se esvanece ainda em outros momentos: quando seus membros se distanciam, o pai e algumas vezes a mãe, em seu trabalho, a criança, na escola, e os períodos de ausência que, contados em horas de relógio, são mais curtos do que a noite, e não parecem talvez, menos longos para a própria família, porque durante a noite ela não tem consciência do tempo; que um homem tenha dormido uma hora ou dez horas, ao despertar não sabe quanto tempo decorreu: um minuto, uma eternidade? Quanto aos outros grupos, é em geral bem antes do anoitecer que suas vidas se interrompem e muito tempo depois que recomeçam. Se aliás essa interrupção é mais demorada, ela não é de outra natureza senão da de outras paradas que se produzem na vida dos mesmos grupos e em outros momentos do dia. Em todo o caso, o dia de trabalho não se estende de modo ininterrupto por toda a seqüên-

cia das horas que separam o despertar do sono: ele não atinge esses dois limites, e é interrompido, por intervalos que pertencem a outros grupos. É da mesma maneira, com maior razão do dia religioso ou do dia mundano. Se a noite nos parece, não obstante, assinalar a divisão essencial do tempo, é porque ela o é com efeito para a família e porque não existe comunidade à qual nos apeguemos mais estreitamente. Mas examinemos apenas os outros grupos cuja vida tanto se detém como recomeça: suponhamos que os intervalos de parada sejam tão vazios quanto a noite e que a representação do tempo ali desapareça então completamente também. Será muito difícil dizer dentro desses grupos quando o dia começa e quando acaba, e nesse caso não começaria no mesmo momento, em todos os grupos.

De fato todavia, como vimos, há uma correspondência bastante exata entre todos esses tempos, ainda que não possamos dizer que estejam adaptados um ao outro por uma convenção estabelecida entre os grupos. Todos dividem o tempo de modo geral da mesma maneira, porque todos eles herdaram, a respeito disso, uma mesma tradição. Essa divisão tradicional da duração se adapta, aliás, ao curso da natureza, e não há como dela se separar, já que foi estabelecida por homens que observavam o curso dos astros e o curso do sol. Como a vida de todos os grupos se desenrola nas mesmas condições astronômicas, todos eles podem constatar que o ritmo do tempo social e a alternância dos fenômenos da natureza, estão bem adaptados um ao outro. Não é menos verdade que, de um grupo a outro, as divisões do tempo que se harmonizam não são as mesmas e não têm nesse caso o mesmo sentido. Tudo se passa como se um mesmo pêndulo comunicasse seu movimento a todas as partes do corpo social. Porém, na realidade, não existe um único calendário, exterior aos grupos e ao qual eles se refeririam. Há tantos calendários quantas sociedades diferentes, já que as divisões do tempo se expressam tanto em termos religiosos (cada dia sendo consagrado a um santo), tanto em termos de negócios (dias de pagamento etc.). Pouco importa que aqui e ali se fale de dias, de meses, de anos. Um grupo não poderia se servir do calendário de um outro. Não é no campo religioso que vive o comerciante e que pode encontrar os pontos de referência. Se outrora foi diferente, se as feiras e os mercados se situavam em dias consagrados pela religião, se o prazo de vencimento de uma dívida de comércio era fixada no dia de São João, na Candelária, é porque o grupo econômico ainda não estava desligado da sociedade religiosa.

Sua impermeabilidade

Mas a questão é então saber se os grupos, em si mesmos estão verdadeiramente separados. Poder-se-ia conceber, com efeito, não somente que eles sejam formados por numerosos empréstimos, mas que suas vidas se aproximam e se fundam geralmente, como se essas linhas de evolução se cruzassem incessantemente. Se várias correntes de pensamento coletivo podem assim, pelo menos a intervalos, misturar-se, trocar sua substância e procriar num mesmo leito, como falar de tempos múltiplos? Não será num mesmo tempo que eles fixam o lugar de uma parte ao menos de suas lembranças? Se acompanhamos a vida de um grupo tal como a Igreja, durante um período de sua evolução, veremos que seu pensamento refletiu a vida de outras sociedades contemporâneas com as quais ela esteve em contato. Quando Saint-Beuve escreve *Port-Royal*, ele penetra tanto mais profundamente nesse movimento religioso único em seu gênero, atinge tanto melhor as forças e a originalidade interna de modo que faz entrar em seu quadro um maior número de fatos e de personagens emprestados de outros meios, mas que determinam inúmeros pontos de contato entre o século e as preocupações desses solitários. São poucos os acontecimentos religiosos que não tenham uma face voltada para a vida mundana, que não tenham sua ressonância nos grupos leigos. É como tomar nota das conversas trocadas numa reunião de família ou num salão, onde se tratará daquilo que se passa em outras famílias, em outros meios, como se os grupos dos artistas, o grupo dos políticos penetrassem no interior dessas assembléias tão diferentes, ou as arrastassem em seu movimento. Quando dizemos de uma sociedade, de uma família, de um meio mundano que são antiquados ou que estão por dentro não será em penetrações e contaminações desse gênero que pensamos? Uma vez que todo o fato notável, em qualquer região do corpo social em que tenha nascido pode ser tomado como ponto de referência por qualquer grupo para determinar as épocas de sua duração, não será isto uma prova de que os limites traçados entre as diversas correntes coletivas são arbitrários, e que se encontram em muitos pontos de seu percurso para que haja motivo de separá-los?

Dissemos que um mesmo acontecimento pode afetar, ao mesmo tempo várias consciências coletivas distintas; disso concluímos que nesse momento essas consciências se aproximam e se unem numa representação comum. Mas será um mesmo acontecimento se cada um desses pensamentos o representa para si mesmo à sua maneira e o

traduz em sua linguagem? Trata-se de grupos que estão, tanto um quanto o outro, no espaço. O acontecimento também se produz no espaço, e pode ser que um e outro grupo o percebam. Mas o que importa, é a maneira pela qual o interpretam, o sentido que lhe dão. Para que eles lhe emprestem a mesma significação, é preciso que antes de tudo as duas consciências estejam confundidas. Ora, por hipótese, elas são distintas. De fato, é pouco concebível que dois pensamentos penetrem assim um no outro. Sem dúvida acontece que dois grupos se fundem, mas nasce então uma nova consciência, cuja duração e cujo conteúdo não são os mesmos que antes. Ou então essa fusão é apenas aparente, se em seguida os dois grupos se separam e se reencontram para o essencial como faziam antes. Um povo que conquista um outro pode assimilá-lo: mas então ele mesmo se torna um outro povo, ou pelo menos entra em outra fase de sua existência. Se não o assimila, cada um dos dois povos mantém sua consciência nacional própria e reage de modo diferente em presença dos mesmos acontecimentos. O mesmo acontece em determinado país, com a sociedade religiosa e com a sociedade política. Quando o Estado domina, a Igreja, quando a preencha com seu espírito, a Igreja se torna um órgão do Estado e perde sua natureza de sociedade religiosa, a corrente de pensamento religioso se reduz a um fino cordão da parte da Igreja que não se resigna em desaparecer. Quando Igreja e Estado estão separados, um mesmo acontecimento, a reforma, por exemplo, será causa nas almas religiosas e no espírito dos chefes políticos, de interpretações diferentes que se relacionarão naturalmente aos pensamentos e tradições dos dois grupos, mas que não se confundirão.

Do mesmo modo se a publicação das *Lettres provinciales* assinala uma data na história da literatura e na vida de Port-Royal, não pensemos que naquele ano, a corrente do pensamento literário e a corrente religiosa jansenista se confundiram. Sabemos que Pascal não reconciliou M. de Sacy com Montaigne, que os jansenistas não cessaram de condenar a concupiscência do espírito, que para eles Pascal era apenas um instrumento de Deus e que eles atribuíam talvez mais importância ao milagre do Santo Espinheiro o qual fora favorecido por sua família do que à sua atividade de escritor. Quando Sainte Beuve nos traça o retrato dos que entraram em Port-Royal entendemos claramente o desdobramento de suas pessoas: são realmente os mesmos homens; mas são as mesmas personagens, aquelas das quais o mundo guardou a lembrança, e aquelas que se impuseram à memória dos jansenistas, todo o brilho do espírito, do talento tendo se apa-

gado, a conversão assinalando um fim para uma sociedade e para outra um começo, como se houvesse lá duas datas que não têm lugar ao mesmo tempo? Quando se trata, como aqui, de um acontecimento, de uma conduta moral, a questão, é verdade, se complica um pouco. É concebível que, por exemplo, o grupo religioso e determinada família sejam afetados da mesma maneira, porque a própria família é muito religiosa.

Quando Mme. Périer conta a vida de seu irmão, fala dele como de um santo, com um acento muito jansenista. Mas do mesmo modo como numa família que se apaixonou pela política, as discussões que aí se dão, colocam a família em contato com os meios onde esses debates são o objeto exclusivo. Observemos esta situação, todavia, um pouco mais de perto. Há sempre pelo menos uma nuance ou a ausência de uma sutileza que nos mostra se a religião ou a política fizeram passar para segundo plano todas as considerações de parentesco, no caso, bem entendido, de que não pertençamos à família.

Houve momentos em que o quarto de Pascal se transformou em uma célula ou uma capela e em que o salão de Mme. Roland não se distinguia mais de um clube ou de um conselho de ministros girondinos. Ao contrário em outros casos, o pensamento familiar se apodera das imagens e dos acontecimentos da religião e da política para alimentar sua própria vida, acontece então que nos orgulhamos do brilho que recai sobre a família porque um de seus membros se tornou ilustre num ou noutro domínio, onde seus membros se sentem parentes mais próximos, ou, ao contrário, distantes porque suas crenças e convicções políticas os unem ou os separam. Mas isso só será possível se esses elementos de pensamento que se relacionam aparentemente, para a família, aos objetos e pessoas que lhes são exteriores, transpuserem-se em representações familiares, isto é, conservem perfeitamente a forma aparente, política ou religiosa, mas tenham como substância as reações do parentesco, os interesses e as preferências da casa, dos irmãos, dos ascendentes. Que tais transposições sejam possíveis, é o que resulta de que geralmente praticamos tal religião e seguimos tal opinião política, porque essas são, desde há muito tempo, as da família. "Meu Deus e meu Rei", diz o camponês, porém é preciso entender: meu lar, meus pais. Quantas contradições de crenças e convicções não passam de antagonismos mascarados de irmão para irmão, da criança para com os pais! O que não impede que em certas ocasiões, todas as preocupações da família desapareçam, e os familiares sejam esquecidos. É então que somos apanhados realmente

pelos grupos religiosos e políticos, como o seríamos também pelos grupos que se ocupam das ciências, da arte e de negócios: mas então não é preciso que, conversando dessas coisas com os nossos, esqueçamos esses grupos para pensar nos nossos.

Lentidão e rapidez da transformação social

Se as diversas correntes de pensamento coletivo não penetram realmente jamais uma na outra e não podem ser colocadas e mantidas em contato, é bem difícil dizer se o tempo se escoia mais rápido para uma do que para outra. Como se conhece a rapidez do tempo já que não existe uma medida comum, e não concebemos nenhum meio de medir a rapidez uma em relação à outra? Pode-se dizer que em certos meios a vida passa, os pensamentos e os sentimentos se sucedem conforme um ritmo mais rápido do que em outro lugar. Definiremos a rapidez do tempo de acordo com o número de acontecimentos que ele encerra? Mas, já o dissemos; o tempo não é outra coisa senão uma série sucessiva de fatos, ou uma soma de diferenças. Somos vítimas de uma ilusão quando imaginamos que uma maior quantidade de acontecimentos ou de diferenças significa a mesma coisa que um tempo mais longo. É esquecer que os acontecimentos dividem o tempo mas não o preenchem. Aqueles que multiplicam suas ocupações e suas distrações acabam por perder a noção do tempo real, e talvez apagar a substância mesma do tempo, que, dividido em tantas partes, não pode mais se estender e se ampliar, e não oferece mais nenhuma consistência. Como a faculdade de mudar, para um grupo humano, é limitada, é necessário que, à medida que as mudanças se multiplicam, dentro de uma mesma duração de vinte e quatro horas, cada um deles se torne menos importante. De fato, a atividade de grupos como as bolsas de valores, as sociedades industriais e comerciais, onde se trata em pouco tempo de uma quantidade grande de negócios, é quase sempre de tipo mecânico. São os mesmos cálculos, as mesmas espécies de combinação, que se apresentam ao pensamento de seus membros. Será preciso esperar vários anos, às vezes várias décadas, para que, da acumulação de todas essas palavras e de todos esses gestos, resulte uma mudança importante, que modifique de modo durável a memória desses meios, quer dizer, a imagem que guardam de seu passado. Através dessa agitação, mais do que semi-automática, o grupo reencontra um tempo bastante uniforme, e que não se escoia em resumo mais rapidamente do que aquele do pescador com a linha.

Tornamos a dizer também que há povos retardatários, cuja evolução se efetuou muito lentamente, e num mesmo país, é lugar comum insistir sobre o ritmo rápido da existência nas grandes cidades em comparação com as pequenas povoações, ou em regiões industriais, em comparação com o campo. Não esqueçamos, entretanto, que os grupos que comparamos não têm nem a mesma natureza, nem a mesma espécie de ocupação. Mas pelo fato de que no intervalo de um dia, os habitantes de um vilarejo têm menos ocasiões de mudar a direção de sua atividade ou de seu pensamento, será que, para eles, o tempo se escoia mais lentamente do que nas cidades? É o habitante da cidade que tem essa idéia, mas por quê? Porque ele representa para si a cidadezinha como uma cidade na qual a atividade diminui e que é pouco a pouco paralisada, adormecida. Mas, uma cidadezinha é uma cidadezinha, e é preciso, compará-la a si mesma e não a um grupo de outra natureza. Ora, no campo, o tempo se divide conforme uma ordem de ocupações que se regulam segundo o curso da natureza animal e vegetal. É preciso aguardar que o trigo brote, que os animais tenham posto seus ovos ou nascido os seus filhotes, que as tetas das vacas estejam cheias. Não há mecanismo que possa apressar essas operações. O tempo é aquilo que deve ser dentro de um grupo desses, e para esses homens cujo pensamento assumiu uma conduta conforme as necessidades e as tradições. Sem dúvida, há períodos de pressa, dias em que se descansa, mas são irregularidades que sustentam o conteúdo do tempo e não alteram seu curso. Quer estejamos absorvidos por uma tarefa, por uma conversa em família, um sonho, uma reflexão, uma lembrança, quer olhemos as pessoas passarem, quer joguemos cartas, no momento em que estas são maneiras de ser e atividades habituais, reguladas pelo hábito, e que cada uma tem o lugar e a duração que lhe convém, o tempo é realmente aquilo que sempre foi, nem muito rápido, nem muito lento. Ao contrário, camponeses levados para a cidade se espantarão pelo fato de que o ritmo da vida se precipita e pensarão que o dia sendo mais cheio deve condensar também mais tempo. Eles imaginam a cidade como um vilarejo, tomado por uma febre de atividades, onde os homens estão superexcitados, onde os pensamentos e os gestos são arrastados num movimento vertiginoso. Mas a cidade é a cidade, quer dizer, um meio onde o mecanismo se introduziu não somente nos trabalhos produtivos, mas regula também os deslocamentos, as distrações e o jogo do espírito. O tempo está dividido como deve ser, ele é o que deve ser, nem muito rápido, nem muito lento, já que está em conformidade com as ne-

cessidades da vida urbana. Os pensamentos que o preenchem são mais numerosos, mas também mais breves: não podem criar raízes profundas nos espíritos. É porque um pensamento não toma consistência a não ser quando se estende por uma duração satisfatória. Mas como comparar o número dos estados de consciência que se sucedem para medir a rapidez do tempo dentro dos dois grupos, já que não se trata de pensamentos e representações da mesma espécie? Na realidade, não podemos dizer que o tempo se escoia mais rápido ou mais lentamente numa sociedade do que na outra; a noção de rapidez, aplicada ao curso do tempo, não oferece uma significação definida. Ao contrário, é um fato marcante que o pensamento, quando se recorda, pode percorrer em alguns instantes intervalos de tempo mais ou menos grandes e percorrer o curso da duração com uma rapidez que varia não somente de um grupo para outro, mas ainda no interior de um mesmo grupo, de um indivíduo para outro, e até mesmo, para um indivíduo que permaneça dentro do mesmo grupo, de um momento para outro. Admiramo-nos, às vezes, quando buscamos uma lembrança muito longínqua, da rapidez com a qual o espírito salta por cima de vastos períodos e, como se houvesse calçado botas de sete léguas, divisa apenas de passagem as representações do passado que aparentemente deveriam ocupar o intervalo.

A substância impessoal dos grupos duráveis

Mas porque imaginar que todas as antigas lembranças estão lá, arrumadas, segundo a ordem mesma em que se sucederam como se nos aguardassem! Se, para voltar no passado, fosse necessário nos guiarmos por essas imagens totalmente diferentes uma da outra, cada uma correspondendo a um acontecimento que teve lugar somente uma vez, então o espírito não passaria por cima delas com grandes passadas, e não se limitaria mesmo em rogá-las mas repassaria uma por uma sob seu olhar. Na realidade, o espírito não passa em revista todas essas imagens, das quais aliás nada indica que elas subsistem. É no tempo, tempo este que é aquele de um determinado grupo, que ele procura encontrar ou ainda reconstituir a lembrança e é no tempo que ele se apóia. O tempo e só ele pode desempenhar esse papel à medida em que o representamos como um meio contínuo que não mudou e que permaneceu o mesmo hoje como ontem, de maneira que podemos encontrar ontem dentro de hoje. Que o tempo possa permanecer de algum modo imóvel por um período bastante longo,

isso advém de que ele serve de quadro comum para o pensamento de um grupo, que em si mesmo, durante esse período, não muda de natureza, conserva quase a mesma estrutura, e volta sua atenção aos mesmos objetos. Enquanto meu pensamento pode voltar a um tempo desse gênero, aprofundar-se nele, nele explorar as diversas partes de um movimento contínuo, sem esbarrar em obstáculo nenhum ou barreira que o impeça de ver além, ele se move num meio onde todos os acontecimentos se concatenam. Basta que ele se desloque dentro desse meio para que nele encontre todos os elementos. Bem entendido, esse tempo não se confunde com os acontecimentos que ali se sucederam. Mas também não mais se reduz, como o demonstramos, a um quadro homogêneo e inteiramente vazio. Ali encontramos inscrita ou indicada a marca dos acontecimentos ou das imagens de outrora à medida que respondiam ou respondem ainda a um interesse ou a uma preocupação do grupo. Quando dizemos que o indivíduo se conduz com a ajuda da memória do grupo, é necessário entender que essa ajuda não implica na presença atual de um ou vários de seus membros. Com efeito, continuo a sofrer a influência de uma sociedade ainda que tenha me distanciado: basta que carregue comigo em meu espírito tudo o que me capacite para me posicionar do ponto de vista de seus membros, de me envolver em seu meio e em seu próprio tempo, e de me sentir no coração do grupo. Isto exige, é verdade, alguma explicação. Vejo-me em pensamento ao lado de um colega de escola a quem era muito ligado, envolvidos os dois dentro numa discussão psicológica; analisamos e descrevemos os caracteres de nossos mestres, de nossos amigos. Ele e eu fazíamos parte do grupo de nossos colegas, mas dentro desse grupo, nossas relações pessoais, além do mais anteriores a nossa entrada na Escola, haviam criado entre nós uma comunidade mais estreita. Há muitos anos que não o vejo, porém nosso grupo subsiste pelo menos em pensamento, porque se nos encontrarmos amanhã, teríamos um frente ao outro, a mesma atitude, tal como quando nos separamos. Ele morreu há apenas alguns meses. Então, nosso grupo se dissolveu. Não o encontrarei mais. Não posso mais evocá-lo como uma pessoa viva hoje. Quando nos revejo agora engajados outrora numa conversa como pretender que, para evocar essas lembranças, eu me apóie na memória de nosso grupo, já que nosso grupo não existe mais? Mas o grupo não é somente, nem mesmo principalmente um conjunto de indivíduos definidos e sua realidade não se esgota em algumas imagens que podemos enumerar e a partir das quais o reconstruiríamos. Pelo contrário, o

que o constitui essencialmente, é um interesse, uma ordem de idéias e de preocupações, que sem dúvida se particularizam e refletem em certa medida as personalidades de seus membros, mas que são não todavia bastante gerais e mesmo impessoais para conservar seu sentido e sua importância para mim, ainda que mesmo essas personalidades se transformassem e que outras, semelhantes é verdade, porém diferentes, lhes fossem substituídas. É isto que representa o elemento estável e permanente do grupo, e longe de encontrá-lo a partir de seus membros, é partir deste elemento que reconstruo as imagens destes. Se portanto penso em meu amigo, é que me recoloco numa corrente de idéias que nos foram comuns, e que subsiste para mim mesmo que meu amigo não esteja mais lá, ou não possa mais no futuro, encontrar-me, contanto que se conservem em torno de mim as condições que me permitam nela me recolocar. Ora, elas se conservam porque tais preocupações não seriam estranhas aos nossos amigos comuns, e encontrei, e ainda encontro, pessoas que se parecem com meu amigo, pelo menos sob esse aspecto, nos quais distingo o mesmo caráter e os mesmos pensamentos, como se fossem membros virtuais do mesmo grupo.

Suponhamos que as relações entre duas ou várias pessoas sejam tais que esse elemento de pensamento comum impessoal faça falta. Dois seres se amam com uma paixão profundamente egoísta, o pensamento de cada um é preenchido inteiramente pelo outro. Eles podem dizer: eu o amo porque é ele ou porque é ela... Neste caso, nenhuma substituição é possível. Mas a paixão desaparecendo, não subsistirá nada do laço, que os unia, e então, esquecerão ou não guardarão um do outro senão uma lembrança pálida e descolorida. Em que se apoiariam eles, com efeito, para que cada um se lembrasse do outro tal como via? Às vezes, entretanto, se a lembrança subsiste apesar da separação, apesar da morte, é que além da ligação pessoal, havia um pensamento comum, o sentimento da fuga do tempo, a visão dos objetos circundantes, a natureza, algum tema de meditação: é o elemento estável que transformava a união dos dois seres de base simplesmente afetiva numa sociedade, e é o pensamento subsistente do grupo que evoca a aproximação passada, e que salva do esquecimento a imagem da pessoa. Auguste Comte poderia ter evocado Clotilde de Vaux e tê-la visto quase com os olhos do corpo, se seu amor não houvesse tomado o sentido de uma união espiritual, e se não a houvessem legado à religião da humanidade? É assim que nos lembramos de nossos pais, sem dúvida, porque os

amamos, mas sobretudo porque são nossos pais. Dois amigos não se esquecem, porque a amizade supõe uma concordância de pensamentos e algumas preocupações comuns.

Na realidade nossas relações com algumas pessoas se incorporam a conjuntos mais amplos, dos quais não representamos mais, sob forma concreta, os outros membros. Esses conjuntos tendem a ultrapassar as imagens que nós conhecemos, e quase a se despersonalizar. Ora, o que é impessoal é também o mais estável. O tempo onde viveu o grupo é um meio semidespersonalizado, em que podemos assinalar o lugar de mais de um acontecimento passado, porque cada um deles tem uma significação em relação ao conjunto. É essa significação que encontramos no conjunto, e este se conserva porque sua realidade não se confunde com as imagens particulares e passageiras que o atravessam.

Permanência e transformação dos grupos as épocas da família

Esta permanência do tempo social é além do mais muito relativa. De fato, se nossa retomada do passado, nas diversas direções onde se engaja o pensamento destes grupos, vai bastante longe, ela não é ilimitada, e não ultrapassa jamais uma linha que se desloca à medida que as sociedades, das quais somos membros, entram num novo período de existência. Tudo se passa aparentemente como se a memória tivesse necessidade de se descarregar, quando aumenta a quantidade dos acontecimentos de que deve se lembrar. Assinalemos, aliás, que não é o número de lembranças que importa aqui. Enquanto o grupo não muda sensivelmente, o tempo que sua memória abrange pode se alongar: é sempre um meio contínuo, que se torna acessível em toda a sua extensão. É quando se transforma que um novo tempo começa para ele e que sua atenção, se afasta progressivamente daquilo que foi, e do que não é mais agora. Mas o tempo antigo pode subsistir ao lado do tempo novo, e mesmo nele, para aqueles de seus membros, para quem uma tal transformação tenha abalado menos, como se o antigo grupo recusasse a se deixar absorver inteiramente pelo novo grupo que nasceu de sua substância. Se a memória atinge então regiões do passado inegavelmente distantes, conforme as partes do corpo social que se considera, não é porque uns têm mais lembranças do que os outros: mas as duas partes do

grupo organizam seu pensamento em torno de centros de interesses que não são mais completamente os mesmos.

Sem sair da família, a memória do pai e da mãe os transportam ao tempo que se seguiu ao seu casamento: ela explora uma região do passado que as crianças não conhecem a não ser por ouvir falar: estas não se lembram de um tempo em que não tinham despertado ainda para a consciência do meio de seus pais. A memória do grupo familiar se reduz então a um feixe de séries de lembranças individuais, semelhantes para todas as partes do tempo a que elas correspondem nas mesmas circunstâncias, mas que, quando remontamos ao curso da duração, interrompem-se mais ou menos cedo? Assim, numa família, tantas memórias, tantas opiniões sobre um mesmo grupo quantos sejam os membros da família, já que elas se estendem por tempos desiguais? Não, mas reconheçamos antes na vida desse grupo transformações características.

Até o momento em que as crianças nasceram e se tornaram capazes de se lembrar, e o período após o casamento, decorreu pouco tempo. Porém esse ano ou alguns anos estão repletos de acontecimentos, ainda que aparentemente nada acontecesse. É então que se descobrem não somente os caracteres pessoais dos dois esposos, mas tudo o que herdaram de seus pais, dos ambientes onde viveram até então; para que um novo grupo se edifique sobre esses elementos, é necessário toda uma série de esforços em comum através de muitas surpresas, resistências, conflitos, sacrifícios, mas também de muitos acordos espontâneos e encontros, consentimentos, encorajamentos, descobertas feitas juntos no mundo da natureza e da sociedade. E o tempo consagrado ao estabelecimento dos alicerces do edifício, tempo mais pitoresco e movimentado do que os longos intervalos dedicados a acabar a casa: há no canteiro de obras uma efervescência, um entusiasmo unânime, primeiro porque é um começo. Mais tarde, seremos obrigados a regular nosso trabalho conforme o que já foi realizado, pelo qual temos a responsabilidade ao mesmo tempo que sentimos orgulho, colocarmo-nos em alinhamento com os edifícios vizinhos, levarmos em conta exigências e preferências daqueles que habitarão a casa que nem sempre prevemos: de onde muitos contratempos, tempo perdido, trabalho por desfazer e refazer. Mas também estaremos expostos a parar no meio do trabalho por uma razão ou outra. Há casas inacabadas, trabalhos que aguardam muito para que os retomemos. *Pendent opera interrupta*. Há também o té-

um grupo compreende mais membros, sobretudo quando estes são de idades diferentes, entra em contato com a sociedade através de um maior número de partes de si mesmo. Incorpora-se mais estreitamente ao meio que compreende as outras famílias, penetra em seu espírito, sujeita-se às suas regras. Poderíamos pensar que uma família maior se baste mais a si mesma e constitua um meio mais fechado. Isso não é absolutamente verdadeiro. Por certo, os pais têm agora uma preocupação comum nova e singularmente forte. Mas o grupo familiar mais amplo, tem mais dificuldade em se isolar materialmente: oferece uma superfície maior aos olhares dos outros, uma abertura maior à opinião. A família é constituída de um conjunto de relações internas mais numerosas e mais complexas, mais impessoais também, já que realiza a seu modo um tipo de organização doméstica que existe fora dela e que tende a ultrapassá-la. A essa transformação do grupo corresponde um remanejamento profundo de seu pensamento. É como um novo ponto de partida. Para as crianças, é toda a vida da família, pelo menos daquela da qual guardam alguma lembrança. A memória dos pais recua bastante, sem dúvida, porque o grupo que formavam outrora não foi inteiramente reabsorvido na família ampliada. Continuou a existir, mas como uma vida descontínua e apagada. Disso nos apercebemos quando os filhos se afastam. Experimentamos então uma impressão de irrealidade como quando dois amigos se encontram depois de muito tempo, podem evocar o passado comum mas não têm nada mais a se dizer. Está-se como que na extremidade de um caminho que se perde, ou como dois parceiros que esqueceram as regras do jogo.

Sobrevivência dos grupos desaparecidos

Assim, quando uma sociedade foi submetida a uma modificação profunda, parece que a memória atinge por dois caminhos diferentes as lembranças que correspondem a esses dois períodos sucessivos e não volta, de um para o outro, de modo contínuo. Há na realidade dois tempos nos quais conservam dois quadros de pensamento, e é tanto num como no outro que é preciso nos colocarmos para encontrar as lembranças em cada um dos quadros onde estão localizadas. Para encontrar uma cidade antiga no labirinto das novas ruas que pouco a pouco circundaram e transformaram casas e monumentos, que ora descobriram os antigos quarteirões e encontraram lugar no prolonga-

dio por voltar a trabalhar no mesmo lugar, dia após dia. Na atividade mesma daqueles que executam uma construção, há sempre mais inquietude do que alegria. Um trabalho de demolição evoca sempre um pouco da natureza, e os operários que escavam as fundações se assemelham a pioneiros. Como o período onde estabelecemos as bases de um novo grupo não seria repleto de pensamentos intensos e destinados a perdurar? Em mais de uma sociedade sobrevive assim o espírito dos fundadores, por mais curto que tenha sido o tempo consagrado à fundação.

Em muitos casos, a chegada dos filhos não amplia somente a família, ela modifica seu pensamento e a direção de seu interesse. A criança é sempre um intruso, nesse sentido que sabemos bem que não se adaptará à família já constituída, mas que os pais, e mesmo os irmãos deverão sujeitar-se senão às exigências do recém-chegado, pelo menos às mudanças que resultam de sua introdução no grupo. Até aqui, o casal sem filhos pode pensar que bastava a si mesmo: talvez apenas se bastasse aparentemente, quando, na realidade se abria para muitas influências externas: leituras, teatro, relações, viagens, ocupações profissionais do homem e talvez da mulher, tudo feito em comum, e, nessa passagem através de muitos ambientes o casal reagindo à sua maneira e tomando cada vez melhor consciência de sua unidade. Ele se situa entre dois perigos: retrair-se demais e se fechar sobre si mesmo, não conservar mais com os grupos exteriores o mesmo contato que permite a leitura, o que o condena a involuir, porque não pode viver senão da substância social, e é por isso que aspira sempre a sair do círculo de seus membros e a se expandir. Mas outro risco é se expandir demais, ao se deixar absorver por um grupo exterior ao casal ou por alguma preocupação que lhe seja por demais excêntrica. Disso decorre às vezes, ao menos no início, uma alternância de períodos nos quais o casal, procurando de algum modo seu lugar na sociedade exterior, tanto se deixa dominar por ela como procura se afastar dela: contrastes que se sobressaem de modo bastante vivo para que essa fase de sua vida se diferencie por si mesma das seguintes e permaneça gravada em sua memória.

Mais tarde, o casal encontrou seu lugar: tem suas relações, seus interesses, seu grupo; suas ligações com os outros grupos estão quase estabilizadas; suas preocupações essenciais tomaram uma forma mais definida. Com maior razão, quando um casal tem filhos, suas relações com o meio social que o cerca se multiplicam e se definem. Quando

mento e no intervalo das construções de outrora, não se recua do presente ao passado seguindo em sentido inverso e de modo contínuo a série dos trabalhos, demolições, traçados das ruas etc., que modificaram progressivamente o aspecto dessa cidade. Mas para reencontrar caminhos e monumentos antigos, conservados, aliás, ou desaparecidos, guiamo-nos pela planta geral da cidade antiga, transportamo-nos em pensamento até lá, o que é sempre possível àqueles que ali viveram, antes que se tivesse ampliado e reconstruído os velhos quarteirões, e para quem esses muros ainda de pé, essas fachadas de outro século, esses trechos de ruas guardam sua significação de outrora. Na cidade moderna em si mesma encontramos particularidades da cidade antiga, porque temos olhos e pensamentos somente para esta. Assim, quando numa sociedade que se transformou subsistem vestígios de que existia antes, aqueles que a conheceram em seu estado primeiro podem também deter sua atenção sobre esses traços antigos que lhes dão acesso a um outro tempo e a um outro passado. Poucas são as sociedades nas quais tenhamos vivido, seja em que tempo for que não subsistam, ou que pelo menos não tenham deixado algum traço de si mesmas nos grupos mais recentes onde estamos mergulhados: a subsistência desses traços basta para explicar a permanência e a continuidade do próprio tempo nesta sociedade antiga, e que nos seja possível, a qualquer momento, nela penetrar através do pensamento.

Todos esses tempos que subsistindo ainda, mesmo quando correspondam aos estados e também às formas sucessivas de uma sociedade que evoluiu profundamente, são impenetráveis um ao outro. Subsistem, aliás, um ao lado do outro. Com efeito, os grupos cujos pensamentos são distintos, são ampliados materialmente no espaço e os membros dos quais se compõem entram por sua vez ou sucessivamente em vários dentre eles. Não há um tempo universal e único, mas a sociedade se decompõe em uma multiplicidade de grupo, nos quais cada um tem sua duração própria. O que distingue esses tempos coletivos, não é o fato de que uns se escoem mais depressa do que os outros. Não podemos mesmo dizer que esses tempos se escoam, já que cada consciência coletiva pode lembrar-se, e que a substância do tempo parece realmente ser uma condição da memória. Os acontecimentos se sucedem no tempo, mas o tempo em si mesmo é um quadro imóvel. Somente os tempos são mais ou menos amplos, eles permitem à memória retroceder mais ou menos longe, dentro daquilo que convém chamar de passado.

As durações coletivas: Bases únicas das memórias ditas individuais

Coloquemo-nos agora do ponto de vista dos indivíduos. Cada um é membro de vários grupos, participa de vários pensamentos sociais, seu olhar mergulha sucessivamente em vários tempos coletivos. É desde já um elemento de diferenciação individual de modo que num mesmo período, numa região do espaço, não é entre as mesmas correntes coletivas que se dividem as consciências dos vários homens. Mas, além disso, seus pensamentos recuam para mais ou menos longe, deslocam-se mais ou menos rápido no passado ou no tempo de cada grupo. É nesse sentido que as consciências concentram num mesmo intervalo durações mais ou menos extensas: digamos que num mesmo intervalo de duração social vivida, elas concentram uma extensão mais ou menos grande de tempo representado. Há naturalmente neste sentido grandes diferenças entre elas.

Qualquer outra coisa é interpretação dos psicólogos que acreditam que existem tantas durações diferentes, irredutíveis uma a outra, quantas forem as consciências individuais, porque cada uma delas é como uma onda de pensamento que se escoia com seu movimento próprio. Mas em primeiro lugar o tempo não se escoia: ele dura, subsiste, é necessário, do contrário, como a memória poderia percorrer o curso do tempo? Além do mais, cada uma dessas correntes não se representa como uma série única e contínua de estados sucessivos, desenvolvendo-se mais ou menos depressa, senão como de sua comparação poderíamos extrair a representação de um tempo comum a várias consciências? Na realidade se, aproximando várias consciências individuais, podemos reposicionar seus pensamentos ou seus acontecimentos em um ou vários tempos comuns, é porque a duração interior se decompõe em várias correntes de pensamentos que têm sua origem nos próprios grupos. A consciência individual é apenas o lugar de passagem dessas correntes, o ponto de encontro dos tempos coletivos.

É curioso que essa concepção pouco tenha sido considerada até hoje pelos filósofos que estudaram o tempo. Isto acontece porque representamos sempre as consciências como isoladas uma da outra, e cada uma como encerrada em si mesma. A expressão *stream of thought*, ou ainda, fluxo ou corrente psicológica, que encontramos nos escritos de William James e de Henri Bergson, traduz com a ajuda de uma imagem exata o sentimento no qual cada um de nós pode

fazer a experiência quando assiste como espectador ao desenrolar de sua vida psíquica. Tudo parece, com efeito, passar-se como se, no interior de cada um de nós, nossos estados de consciências se sucedessem como as partes de uma corrente contínua, como ondas que se empurram umas às outras. Pensando bem, entretanto, apercebemo-nos que se trata de um pensamento que avança sem cessar, que muda sem parar, de uma percepção para outra, de um estado afetivo para outro, mas que o que caracteriza a memória é, pelo contrário, o fato de que ela nos obriga a nos determos, a nos afastarmos momentaneamente desses fluxos e, senão a percorrer a corrente, pelo menos a nos enganarmos numa direção oblíqua, como se ao longo dessa série contínua houvesse uma quantidade de pontos que originam bifurcações. Certamente, o pensamento está ainda ativo na memória: ele se desloca, está em movimento. Mas o que é notável assinalar é que então, e somente então, pode-se dizer que ele se desloca e se move no tempo. Como, sem a memória e fora dos momentos em que nos lembramos, teríamos consciência de estarmos no tempo e nos transportamos através da duração? Ao nos absorvemos nessas impressões, quando as seguimos à medida em que aparecem e depois desaparecem, nós nos confundimos sem dúvida com um momento da duração, depois com outro: mas, como representaríamos o tempo em si mesmo, quer dizer, o quadro temporal que abrange ao mesmo tempo esses momentos e muitos outros? Podemos estar no tempo, no presente, que é uma parte do tempo, e todavia não sermos capazes de *pensar* no tempo, de nos transportarmos em pensamento para o passado próximo ou longínquo. Em outras palavras, na corrente das impressões, é necessário distinguir as correntes do pensamento propriamente dito ou da memória: as primeiras estão estreitamente ligadas ao nosso corpo, não nos fazem sair de nós mesmos, mas também não nos abrem qualquer perspectiva sobre o passado; as segundas têm sua origem e a maior parte de seu curso no pensamento dos diversos grupos aos quais nos ligamos.

Se colocarmos em primeiro plano os grupos e suas representações, se concebermos o pensamento individual como uma série de pontos de vista sucessivos sobre os pensamentos desses grupos, então compreenderemos que eles possam recuar no passado e ir mais ou menos longe conforme a extensão das perspectivas que lhe oferecem cada um desses pontos de vista sobre o passado tal como é representado nas consciências coletivas das quais participa. A condição necessária para que seja assim, é que em cada uma dessas consciên-

cias, o tempo passado, uma certa imagem do tempo subsista e se imobilize, que o tempo dure pelo menos dentro de certos limites variáveis conforme os grupos. Está aí o grande paradoxo. Mas, pensando bem, como poderia ser de outro modo? Como uma sociedade qualquer que seja poderia existir, subsistir, tomar consciência dela mesma se não abraçasse, num olhar, um conjunto de acontecimentos presentes e passados, se não tivesse a faculdade de percorrer o curso do tempo e repassar incessantemente traços que deixou de si mesma? Sociedades religiosas, políticas, econômicas, familiares, grupos de amigos, relações, e mesmo reuniões efêmeras de salão, numa sala de espetáculos, na rua, todas imobilizam o tempo à sua maneira, ou impõem a seus membros a ilusão de que por uma certa duração, ao menos, num mundo que se transforma incessantemente, algumas zonas adquiriram uma estabilidade e um equilíbrio relativos, e que nada de essencial ali se transformou por um período mais ou menos longo.

Certamente, os limites até os quais recuamos no passado são variáveis conforme os grupos, e isto é o que explica que os pensamentos individuais de acordo com os momentos, isto é, segundo o grau de sua participação neste ou naquele pensamento coletivo, atinjam lembranças mais ou menos distantes. Para além dessa franja movente do tempo, ou mais exatamente dos tempos coletivos, não há mais nada, porque o tempo dos filósofos não é senão uma forma vazia. O tempo é real somente à medida em que tem um conteúdo, isto é, quando oferece um conteúdo de acontecimentos ao pensamento. É limitado e relativo, porém tem uma realidade plena. É muito amplo, aliás, para oferecer às consciências individuais um quadro suficientemente respaldado para que elas possam nele dispor e encontrar suas lembranças.